

Patrícia Mattos

As abordagens da “sociologia disposicional” e da “interseccionalidade”: articulando uma proposta para os estudos de gênero

A necessidade de articulação de distintas categorias de diferenciação na análise das desigualdades sociais não é, de forma alguma, uma novidade. Já nos anos 70 e 80 ecoavam vozes das mulheres americanas negras denunciando a homogeneização da categoria “gênero” feita pelo movimento feminista. A propósito dos riscos de homogeneização de categorias, Gabriele Winker e Nina Degele (2009: 9) usam como exemplo o caso de um jornal alemão que, ao tomar as categorias gênero e raça *a priori*, divulgou o significado da disputa presidencial americana entre Barack Obama e Hillary Clinton como um embate entre representantes de minorias – “negro contra mulher”. As autoras ressaltam, com esse exemplo, os autoenganos e reducionismos que esse tipo de polarização e estagnação de categorias pode gerar. Nem Obama nem Hillary representam genuinamente os excluídos. Ambos pertencem à classe média e, portanto, possuem um volume significativo dos capitais econômico, cultural, social e simbólico.

A novidade proposta por Degele e Winker (2007, 2008 e 2009) é a formulação de um conceito *Intersektionalität* (interseccionalidade) que permita articular a relação entre agência e estrutura, contemplando, de maneira adequada, também o nível das representações simbólicas para compreender a dinâmica da dominação social injusta. Ainda que Pierre Bourdieu¹ (1972: 155; 1980: 88-89; 2009: 87-93), com seu conceito de *habitus*, tenha conseguido, com êxito, relacionar agência e estrutura, não teria conseguido levar a cabo uma análise propriamente interseccional dos três níveis – das estruturas sociais, das representações simbólicas e da identidade – e das categorias de diferenciação que naturalizam, produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

¹ Winker e Degele afirmam que dois autores – Pierre Bourdieu e Anthony Giddens – obtiveram êxito, cada um a seu modo, em desenvolver teorias – *Habitus-theorie* e *Theorie der Strukturierung* – que interconectassem os níveis da estrutura social e da identidade, da estrutura e da agência. No entanto, eles não teriam desenvolvido análises propriamente interseccionais (Winker/Degele 2009: 70-73).

Um dos aspectos centrais da “abordagem interseccional” diz respeito à necessidade de perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado. Portanto, a escolha das categorias de diferenciação nos diferentes níveis de análise deve levar em consideração esse aspecto levantado em relação aos efeitos, reconhecendo sempre que a especificidade histórica e contextual distingue mecanismos que produzem, estabilizam, perpetuam e naturalizam desigualdades sociais por diferentes divisões categoriais. As formas de investigar as desigualdades sociais e as discriminações nos níveis da estrutura social, das representações simbólicas e da identidade são diferenciadas e, até mesmo, diametralmente opostas. A sugestão de Winker e Degele (2009: 37-53) é que para a investigação do nível da estrutura social seja realizada uma redução de categorias a quatro – classe, raça, gênero e corpo. O intuito dessa redução no nível da estrutura é notar como essas categorias predeterminam, de maneira significativa, o acesso ao mercado de trabalho e às posições no mercado de trabalho, produzindo e reproduzindo, de distintas maneiras, critérios arbitrariamente construídos de classificação e desclassificação social entre os indivíduos. Nos níveis da identidade e das representações simbólicas, por sua vez, é possível a ampliação das categorias de diferenciação. A ideia básica do conceito de interseccionalidade é que com ele seja possível explicar como normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades, influenciam-se reciprocamente.

Dessa maneira, é possível, segundo afirmam as autoras inspiradas em Pierre Bourdieu, mas refletindo para além de Bourdieu, desenvolver pesquisas empíricas que permitam perceber as mudanças reais ocorridas nas sociedades contemporâneas a partir da análise das práticas sociais, desvelando, assim, as fontes de legitimação e justificação da dominação social injusta. Com o conceito de “violência simbólica”,² de Bourdieu, acredito que podemos enriquecer essa análise. Isto é, analisar não só as formas de violência manifestas, reconhecidas pelos agentes sociais em suas relações, práticas sociais e institucionais em geral, mas, especificamente, os processos de reprodução da “violência simbólica”, que legitimam o livre curso da dominação social injusta.

O objetivo deste artigo é mostrar os possíveis ganhos teóricos e metodológicos que essa perspectiva interseccional pode proporcionar para os estudos sobre as relações de gênero. Interessa-me refletir sobre a possibilidade de arti-

² O conceito de “violência simbólica” é um dos conceitos centrais da teoria da prática de Pierre Bourdieu. Por “violência simbólica” compreende-se todo tipo de violência “suave”, insensível, invisível a suas próprias vítimas. (Bourdieu 1999: 7)

culação da “sociologia disposicional”³ de Pierre Bourdieu (2008), que vem sendo pensada em outros termos por Bernard Lahire (2002, 2004a e 2006) e tem servido de inspiração para as pesquisas realizadas por mim durante os últimos anos como pesquisadora do Centro de Pesquisa sobre Desigualdade Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEPEDES/UFJF),⁴ e a “abordagem interseccional” proposta por Degele e Winker. Para cumprir tal desiderato, inicialmente, será desenvolvida a discussão sobre a proposta de interconexão entre essas duas abordagens. Posteriormente, serão debatidos os pressupostos e os achados das pesquisas empíricas realizadas por mim e pelos pesquisadores do CEPEDES, que resultaram no estudo que realizamos sobre a “ralé” brasileira (Souza 2009). Pretende-se, com isso, analisar as possíveis vantagens teóricas e metodológicas do entrelaçamento entre a “sociologia disposicional” e a “abordagem interseccional” para a realização de estudos sobre mulheres e sobre as relações de gênero.

* * *

A teoria da prática de Pierre Bourdieu serve para Gabriele Winker e Nina Degele (2009: 63) como ponto de partida para o desenvolvimento de seu conceito de *Intersektionalität* (interseccionalidade). A relação de interdependência entre teoria e empiria é o fio condutor desse conceito proposto pelas autoras. Bernard Lahire (2002, 2004a, 2004b, 2006 e 2009) também desenvolve sua teoria inspirado em Bourdieu, melhor dizendo trabalhando com e contra Bourdieu. Seu objetivo é discutir o alcance explicativo e os limites da teoria da prática de Bourdieu. Para isso, ele se dedica a refletir sobre a constituição das disposições⁵ constitutivas do *habitus*⁶, sugerindo o desenvolvimento de uma “sociologia das variações individuais” que tenta apreender o social em seus múltiplos aspectos e dimensões sob uma forma singularizada. Bourdieu com sua “sociologia disposicional” teorizou sobre a noção de *habitus*, procurando compreender as motivações das ações dos atores sociais, levando em conta suas socializações passadas e presentes. No entanto, Bourdieu não trabalhou sobre a

³ A sociologia disposicional busca explicar os pensamentos, comportamentos, percepções e sentimentos dos atores sociais, de parte a parte, pelo encadeamento dos elos sociais passados e presentes que o constituíram.

⁴ Sob direção de Jessé Souza.

⁵ Disposições são entendidas como hábitos, tendências, inclinações, persistentes maneiras de ser.

⁶ Lahire (2002) afirma que se tomarmos a definição de *habitus* de Bourdieu como um sistema homogêneo de disposições gerais, permanentes, sistema transferível de uma situação à outra, de um domínio de práticas a outro, então cada vez menos agentes serão definidos por esse conceito.

produção do *habitus*, sobre a constituição de disposições constitutivas do *habitus*. E é exatamente para essa questão que Lahire dirigiu todo o seu olhar.

O desvelamento das disposições/hábitos para pensar, agir, julgar e sentir incorporadas ao corpo norteia todo o escopo da “sociologia das variações individuais” de Lahire. O hábito é entendido como um esquema de ação resultado da repetição voluntária e involuntária de comportamentos, de práticas relativamente análogas que constituem um sumário de experiências. Ao contrário de Bourdieu, Lahire procura distinguir os hábitos pré-reflexivos dos reflexivos, deliberativos, calculados. Ao fazer uma análise das práticas cotidianas da escrita de lista de compras⁷, de coisas a fazer, da agenda, dos planos de viagem, Lahire introduziu a reflexividade no conceito de *habitus*.

Essas práticas de escrita são percebidas por Lahire instrumentos para dar forma ao tempo, constituindo, portanto, exceções cotidianas repetidas com relação a um ajuste pré-reflexivo de um *habitus* a uma situação. Com isso, Lahire vai defender que é um erro afirmar, como fez Bourdieu, que toda ação é produto de um senso prático, pré-reflexivo, não intencional. “Pensar que as ações humanas se encadeiam umas às outras numa espécie de improvisação permanente é universalizar um caso possível e permanecer cego a uma grande parte das práticas” (Lahire 2002: 140). Como Bourdieu construiu a sua teoria da prática em oposição às teorias da ação “intelectualistas”, que enfatizam a reflexividade e a intencionalidade dos atores sociais, ele não teria percebido que existem diferentes tipos de reflexão, e não somente a erudita, que agem nos diferentes tipos de ação. A proposta de Lahire é construir uma teoria da ação que permita não só diferenciar, através da análise empírica, os atos conscientes, intencionais, dos não conscientes, pré-reflexivos, como também integre em seu programa científico o estudo das diferentes formas de reflexão que condicionam distintos tipos de ação.

Todo o esforço de Lahire tem sido refletir sobre os contextos de incorporação e de atualização das disposições, aperfeiçoando, assim, o conceito de disposição. Entretanto, ao contrário de Bourdieu, Lahire não acredita ser possível perceber nas práticas dos atores sociais comportamentos redutíveis a uma “fórmula geradora” ou a um princípio gerador das práticas sociais, que definem o próprio conceito de *habitus* para Bourdieu. Lahire (2004b: 318) questiona a importância dada por Bourdieu ao que se pode chamar de “*habitus* familiar”, o qual seria a base para um sistema de disposições bastante coerente já constituído que daria sentido às experiências ulteriores dos indivíduos.

Nas sociedades complexas é cada vez mais difícil, na visão de Lahire, reconhecer indivíduos que possam ser definidos por tal conceito. “A definição

⁷ Lahire (2002: 152-158).

de *habitus* convém melhor para sociedades bastante homogêneas, com extensão demográfica relativamente pequena, que oferecem esquemas socializantes bastante estáveis e homogêneos para seus membros” (Lahire, 2004b: 318). Nas sociedades complexas, nas quais as crianças conhecem desde muito cedo uma diversidade de contextos socializantes, os patrimônios individuais de disposições raramente são homogêneos e coerentes. E é aqui que Lahire propõe a noção de “ator plural” (Lahire 2002), na qual o ator social é percebido como produto de processos múltiplos e heterogêneos de socializações, de sumários de experiências múltiplas nem sempre compatíveis entre si. Em suas relações e práticas, o ator terá que lidar com isso. Essa situação pode causar-lhe problemas quando as disposições se contradizem na prática. Ou ainda, o ator social pode não perceber essas contradições em relação às suas disposições, já que, na maioria das vezes, elas só se ativam em contextos de práticas limitados e separados entre si (Lahire 2004a).

A “sociologia das variações individuais” está baseada na busca de compreensão das disposições dos agentes sociais que evite o erro de se deduzir prematuramente uma “visão de mundo” ou um *habitus* de comportamentos observados em uma cena singular. Para isso, ele sugere que sejam analisados os diversos contextos ou microcontextos de socialização aos quais os atores sociais estão submetidos.

E é aqui que parece haver o que poderíamos denominar de uma relação de “complementaridade” teórica e metodológica entre as abordagens da “sociologia disposicional”, que vem sendo aperfeiçoada com a “sociologia das variações individuais”, e a interseccional. Winker e Degele (2009: 73) não hesitam em afirmar que o conceito de *habitus* de Bourdieu representa um verdadeiro ganho para a articulação entre os níveis da estrutura social e da identidade, da relação entre agência e estrutura. Com esse conceito, creem as autoras que Bourdieu lança um olhar certo para o entrecruzamento dos níveis da estrutura social e da identidade. Contudo, na visão delas, Bourdieu não teria tematizado adequadamente o nível das representações simbólicas, pois faltaria à sua teoria uma explicação apropriada de como normas, valores, ideologias e discursos influenciam tanto as estruturas sociais quanto a constituição de identidades e são por elas influenciados.

Para Bourdieu, qualquer forma de decisão consciente dos atores sociais vem sempre precedida de uma não transparente, inconsciente apreciação que se realiza através da prática, a partir da decodificação, pré-reflexiva dos *habitus* realizada pelos agentes. Com o conceito de *habitus* como um conjunto de “disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (Bourdieu 1972: 155; 2009: 87) que são apreendidas e incorporadas ao corpo, de forma pré-reflexiva, inconsciente e, por isso mesmo, “automática,” através de socializações, Bourdieu traça a

interrelação entre os níveis das estruturas objetivas e cognitivas e a constituição de identidades, isto é, entre estrutura e agência. O *habitus* estabelece a mediação entre o sistema invisível de relações estruturadas, que influenciam e modelam as ações dos agentes em suas práticas, e as ações visíveis dos atores sociais que estruturam as relações. As disposições são, para ele, ao mesmo tempo adaptadas às estruturas de poder e também produtoras dessas estruturas. As estruturas cognitivas inseridas no mundo social são incorporadas pelos atores sociais através de suas práticas. Com isso, os atores dispõem de um conhecimento prático e de esquemas de classificação social que estão à disposição deles sob a forma de representações simbólicas. Todavia, o nível das representações simbólicas não recebeu a devida atenção de Bourdieu, não possuindo, em sua teoria, um lugar próprio. A ordem social estabelece-se no corpo dos indivíduos, de forma pré-reflexiva, e com isso torna a classificação social, em grande medida, também imperceptível à consciência dos indivíduos. O que Bourdieu não considera apropriadamente é que as construções de identidade dos atores e as representações simbólicas estão entrelaçadas entre si, reproduzindo e produzindo estruturas sociais (Winker/Degele 2009: 73).

Diferentemente de Lahire que se propõe a criticar a teoria do *habitus* por dentro, isto é, a superar as limitações da teoria da prática de Bourdieu, Winker e Degele não questionam o potencial explicativo do conceito de *habitus*. Contudo, em oposição a Bourdieu, elas não colocam a categoria classe como a categoria principal para predeterminar o acesso a bens e recursos materiais e simbólicos escassos nas sociedades modernas. As autoras veem a necessidade de perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado, bem como do nível de análise. Portanto, a escolha das categorias de diferenciação nos diferentes níveis de análise deve levar em consideração esse aspecto levantado em relação às causas e aos efeitos, reconhecendo sempre que a especificidade histórica e contextual distingue mecanismos que produzem, estabilizam, perpetuam e naturalizam desigualdades sociais por diferentes divisões categoriais.

Para realizar os cruzamentos interseccionais, Winker e Degele (2009: 63-97) sugerem como primeiros passos da metodologia que os pesquisadores se concentrem na análise de cada entrevista, na percepção a respeito de quais categorias de diferenciação podem provocar diferentes formas de clivagens e desigualdades entre os indivíduos, dependendo do contexto analisado e dos níveis de análise. O primeiro passo da análise interseccional diz respeito à identificação das categorias de diferenciação que são apresentadas pelos entrevistados. Muitas vezes, é possível notar que algumas declarações dos/(as) entrevistados/(as) dirigem-se não apenas a uma categoria de diferenciação, mas, ao contrário, a várias categorias. Só depois de se perceber como os indivíduos constroem suas narrativas designando e nomeando, muitas vezes de

maneira fragmentada e imprecisa essas categorias, é que se iniciam as outras análises interseccionais. Por exemplo, a partir da reclamação de uma imigrante curda, Frau B, sobre a forma descortês e desumana como é tratada pelas instituições alemãs, inicia-se a análise dos outros dois níveis – o da estrutura social e o das representações simbólicas (Winker/Degele 2007: 11-15). Só mais tarde é que as autoras fazem as análises das entrevistas como um todo, agrupando os indivíduos em tipos sociais e realizando novamente os cruzamentos interseccionais.

A “sociologia das variações individuais” de Lahire pode enriquecer e refinar sobremaneira as análises interseccionais na medida em que pode contribuir, tanto teórica quanto metodologicamente, para a percepção mais apurada, por parte dos pesquisadores, a respeito dos contextos de incorporação e atualização das disposições individuais. Em outras palavras, pode mostrar o alcance explicativo e elucidativo do conceito de *habitus* (visto como um sistema homogêneo de disposições gerais, sistema transferível de um contexto a outro) como sendo um conceito central para refletir sobre as formas de produção e reprodução de desigualdades sociais. Para aprimorar o conceito de disposições de Bourdieu, Lahire, além de voltar-se para os diversos contextos e microcontextos de socialização dos agentes sociais, também desenvolveu uma metodologia – usada com sucesso em minhas pesquisas empíricas e pelos demais pesquisadores do CEPEDDES – que permite perceber a dinâmica das estruturas de comportamento para além da consciência dos entrevistados.

Uma das estratégias utilizadas pelos agentes sociais para explicar a motivação de seus comportamentos é a de construir racionalizações para seu comportamento que, na verdade, não foram os reais motes de suas ações. Se essa é uma estratégia presente nas ações humanas em geral, ela é utilizada com relativa frequência especialmente por aqueles que, em função das condições objetivas de precariedade material, cultural, moral e existencial, não podem vislumbrar outras formas de vida possíveis, de ser e atuar no mundo. A estratégia de fantasiar sobre a sua própria vida e sobre o seu futuro faz parte do mecanismo de defesa desses atores sociais que possuem pouca ou quase nenhuma autonomia de escolha (Bourdieu, 1979: 69). Ainda que os indivíduos em geral, independentemente de seu posicionamento social, sofram pela ilusão de liberdade⁸, conforme afirmou Bourdieu, há indivíduos que, em virtude de suas pre-

⁸ Bourdieu é criticado por vários autores pela ênfase de sua teoria nas descrições deterministas da reprodução estável. Ainda que com seu conceito de *habitus* ele afirme que seja possível a mudança de disposições no decorrer da trajetória individual dos agentes sociais, a junção entre os conceitos de *habitus* e violência simbólica não reserva aos agentes sociais um efetivo espaço para a ação criativa deles para além da reprodução. Para uma discussão pormenorizada sobre as teorias atuais na França que tentam superar as descrições estáveis

cárias condições socioeconômicas, vivenciam em suas práticas sociais com muito mais frequência, e sem jamais poder admitir para si mesmos e para os outros a interdição, em grande medida, da possibilidade de fazer escolhas, de ser um sujeito livre e autônomo.

Num mundo no qual a ideologia dominante salienta a possibilidade de escolha, a liberdade para escolher e definir o próprio destino, o reconhecimento individual de ser um desses indivíduos que se limitam a “fazer as escolhas pré-escolhidas” pelas suas condições de precariedade e vulnerabilidade material e existencial é, na maioria das vezes, intolerável. É assim que Bourdieu (1979, 2008) explica o uso da estratégia de “transformação de necessidade em virtude” como um recurso recorrente para aquelas pessoas que, tácita e implicitamente, sabem e sentem, através de suas práticas, que não podem sonhar com outros mundos possíveis, como outras formas de atuação e intervenção no mundo. Mesmo que a utilização dessa estratégia de “transformação de necessidade em virtude” seja feita pelas pessoas em geral, independentemente de sua classe social, ela é utilizada com grande frequência especialmente por aqueles indivíduos que possuem poucas chances de intervenção no mundo. Essa estratégia de “transformação de necessidade em virtude” foi identificada com frequência na pesquisa realizada por mim sobre as prostitutas e pelos pesquisadores do CEPEDDES sobre a “ralé” brasileira (Souza 2009).

Para vencer os obstáculos da autolegitimação individual e o recorrente risco de reproduzir, em nome da ciência e com sua chancela, os autoenganos dos próprios agentes sociais sobre si mesmos, que dão vazão à reprodução da dominação social injusta, é que o método desenvolvido por Lahire (2004a) parece ser bastante interessante e vantajoso. São realizadas, com um/a mesmo/a pesquisado/a, várias entrevistas sucessivas e em profundidade, nas quais é possível notar, a partir das lacunas e contradições do discurso, as autolegitimações ou fantasias sobre a sua própria vida, que os agentes constroem para si mesmos e para os outros para explicar seu comportamento, seus pensamentos e sentimentos. Com isso, pode-se tentar superar a ameaça dos pesquisadores de reproduzirem os esquemas de percepção e avaliação que mantêm e perpetuam a dominação social.

Baseadas em Bourdieu, Winker e Degele (2009: 63) acreditam que uma sociologia crítica das desigualdades sociais tenha que, obrigatoriamente, realizar a articulação entre teoria e empiria. Com sua “teoria da prática”, Bourdieu (1972; 2009) se posiciona decisivamente contrário a teorias que se desenvolvam em função de si mesmas, sem nenhuma relação com as práticas sociais.

da reprodução dialogando “com Bourdieu e contra Bourdieu”, ver o texto “A era dos epígonos: a teoria social pós-bourdiesiana na França” in Vandenberghe (2010). Esse texto foi publicado também em inglês no livro organizado por G. Delanty (2006).

Essa influência bourdieusiana é também marcante para Lahire em seu objetivo de aperfeiçoar o conceito de disposição. Enquanto no nível da estrutura Winker e Degele consideram quatro categorias de diferenciação – classe, gênero, raça e corpo⁹ – nos níveis da identidade e das representações simbólicas não são estabelecidas previamente as categorias diferenciais a serem objeto da pesquisa. Estas serão contempladas na medida em que os entrevistados as identificarem e as nomearem como tais. O uso e a articulação das categorias de diferenciação – classe, gênero, raça e corpo – têm como fim possibilitar o entendimento acerca da relevância dessas categorias com relação ao acesso ao mercado de trabalho remunerado, à distribuição desigual de salários, bem como à reprodução da força de trabalho a custos os mais favoráveis possíveis. O sentido das categorias de diferenciação para as práticas sociais será elucidado pela associação de métodos indutivos e dedutivos de análise.

Quando as autoras destacam que serão abordadas, nos três níveis, diversas categorias de diferença, isso não significa dizer, entretanto, que todas as categorias identificadas sejam igualmente relevantes. A importância das categorias depende, de um lado, do objeto de investigação e, de outro, do respectivo nível de investigação. Essa é a razão para que sejam observadas, na forma de interações e ações sociais, as categorias de diferenciação lá encontráveis, sobretudo, em ações recíprocas. Dessa maneira, pode-se localizar em quais estruturas sociais e contextos simbólicos as práticas sociais estão inseridas, como elas produzem, estabilizam e modificam a construção de identidades, de subjetividades. Naturalmente, a conexão das categorias se dará de forma diferenciada, dependendo de qual nível de investigação se encontra em primeiro plano. O verdadeiro desafio consiste em visualizar as ações recíprocas de diferentes categorias nos três níveis e colocá-las no centro da análise. O diálogo entre as abordagens de Winker, Degele e Lahire pode ser bastante profícuo para evitar as descrições excessivamente deterministas da reprodução estável, às quais Bourdieu é criticado por vários autores.

* * *

Desde 2005, venho desenvolvendo pesquisas empíricas cujo principal interesse tem sido refletir sobre a interrelação entre as formas de dominação de gênero e

⁹ Os autores e autoras, que normalmente desenvolvem análises interseccionais no nível da estrutura social, trabalham com três categorias – classe, gênero e raça/etnia. Ver Gudrun Axeli Knapp (2005), Leslie McCall (2005) e Cornelia Klinger (2003). Winker e Degele afirmam, a partir de pesquisas empíricas realizadas por elas, que no atual estágio do capitalismo a categoria “corpo” aparece como uma das categorias centrais para se pensar em formas de exclusão social no mercado de trabalho.

classe social. Como pesquisadora atuante durante três anos do CEPEDES, pude participar de uma pesquisa empírica que procurou identificar os mecanismos e fatores de produção e reprodução indefinida de uma classe social de subproletários chamada provocativamente de “ralé” (Souza 2003, 2006 e 2009). Nosso intuito com essa pesquisa sobre a “ralé” foi o de ressaltar o processo de produção e reprodução de uma classe social que sequer é percebida enquanto tal e chamar atenção para nosso maior conflito social e político: “o abandono social e político, consentido por toda a sociedade, de toda uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações enquanto tal” (Souza 2010: 25).

A compreensão adequada sobre a construção e a dinâmica das classes sociais no Brasil norteou todo o esforço teórico e metodológico empreendido na consecução dessa pesquisa. Percebemos a classe social como a categoria por excelência que predetermina o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos. Inspirados em Bourdieu (2008), procuramos perceber a dinâmica de reprodução dessa classe denominada “ralé” reconstruindo sua gênese socio-cultural. Propusemo-nos a mostrar que existe uma “cultura de classes” específica e que os indivíduos são produzidos diferencialmente por essa cultura. Procuramos salientar a existência de uma transferência de valores, melhor dizendo, de uma visão de mundo, que se incorpora ao corpo, de forma pré-reflexiva e afetiva,¹⁰ que está na base da reprodução das classes sociais. Com isso, desejávamos mostrar o processo de construção social da subcidadania.

Com essa pesquisa foi possível notar que a “ralé” é caracterizada pela não incorporação dos capitais pessoais (capital econômico e capital cultural), que permitem a participação dos indivíduos, com alguma chance de sucesso, nas instituições centrais de uma sociedade moderna, ainda que periférica como a brasileira. O interesse da pesquisa foi mapear e compreender as estratégias de sobrevivência dessa classe social específica. No livro sobre a “ralé” (Souza 2009), procuramos mostrar como se constroem socialmente, por herança familiar e afetiva, os principais tipos sociais da “ralé”. Ainda que esse *habitus* de classe possa ser modificado no decorrer da trajetória individual, como foi percebido pelo estudo dos pesquisadores do CEPEDES sobre os “batalhadores”, que conseguiram, no atual estágio do capitalismo, construir uma trajetória de transfusões de classe (Souza 2010), o que foi notado na pesquisa sobre a “ralé” foi, em geral, a interdição da possibilidade de rompimento da reprodução em função da herança familiar¹¹ e afetiva.

¹⁰ No estudo sobre a “ralé” percebemos que o *habitus* de classe e sua “cultura de classe”, baseada em um sistema significativamente homogêneo de disposições para o comportamento, é reproduzido, principalmente, pelo que poderíamos chamar de *habitus* familiar.

¹¹ A ausência de uma “economia emocional”, necessária para o trabalho útil e produtivo no mercado competitivo, fundada em valores como disciplina, concentração, autocontrole e

Interessante foi perceber que apesar de todos os indivíduos da “ralé” sofrerem preconceito, discriminação e estereotipação em virtude da falta dessa “economia emocional”, há uma distinção entre os gêneros, uma dominação masculina que coloca as mulheres da “ralé” numa situação de maior fragilidade e opressão social que os homens dessa mesma classe social. Dois tipos sociais femininos apareceram com destaque nessa pesquisa – a empregada doméstica¹² e a prostituta. Investigamos, então, a figura da prostituta na cidade do Rio de Janeiro como membro típico da “ralé”.

Um aspecto que nos chamou atenção como característica marcante dessa desestruturação familiar da “ralé” foi a relativa frequência dos relatos femininos a respeito dos abusos sexuais ou, pelo menos, do receio que assola as mulheres de que o abuso sexual possa ser sofrido por elas ou por suas filhas em situações cotidianas. Nas falas dessas mulheres nota-se que elas foram levadas, em suas relações e práticas sociais, a naturalizar o abuso sexual ou a iminência dele. Tais abusos dão aos homens (pais, padrastos, tios, amigos, conhecidos, enfim, homens em geral) a possibilidade de dispor do corpo feminino ao seu bel prazer. A maneira como as mulheres reagem a essa prática e suas estratégias de sobrevivência mostram certas variações individuais que vão desde o silêncio conivente daquelas que foram expostas precocemente a esse tipo de perigo e se acostumaram desde muito cedo às relações instrumentais até aquelas que mesmo sendo precocemente expostas a tal violência tentaram denunciar, se

cálculo prospectivo num contexto familiar marcado pela presença de relações instrumentais e/ou abusos físicos e/ou sexuais tende a reproduzir um exército de desclassificados socialmente.

¹² No Brasil, segundo a amostra domiciliar do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), 15,8% das mulheres que trabalham são empregadas domésticas. Sabe-se que esse índice é ainda maior se levarmos em conta que a informalidade, o trabalho sem carteira assinada e, portanto, sem os direitos sociais garantidos, é bastante comum na profissão de empregada doméstica. No caso das prostitutas, a apreensão estatística é ainda mais difícil, por motivos óbvios como o estigma da profissão. No entanto, sabe-se que essa é uma ocupação de várias mulheres da “ralé” no Brasil. São amplamente divulgados na mídia, como alguns de nossos sérios problemas sociais, a prostituição infantil, o tráfico de mulheres brasileiras para a Europa e o turismo sexual. O Brasil desponta como roteiro obrigatório para aqueles estrangeiros que desejam sexo fácil e intenso. Só para ilustrarmos a força do estigma com relação às prostitutas, frequentemente são realizadas operações de cadastramento de prostitutas em delegacias no Rio de Janeiro. Mesmo que a prostituição não seja considerada uma atividade ilegal no Brasil, ela é associada, como numa relação de contágio, a crimes como lenocínio e furto. É isso que legitima que a polícia faça operações nas praias de Copacabana e na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, denominadas de operações “Copacabana” e “Barrabacana”, que têm como finalidade encaminhar prostitutas, travestis e meninos de rua para serem cadastrados na delegacia sob a justificativa de reprimir a desordem urbana nessas praias.

rebelar das mais diversas maneiras, chegando até a encarar o embate com os homens abusadores, a força bruta da violência física, pagando, muitas vezes, um preço alto por tal ousadia e resistência (Mattos 2009: 190-192).

Ainda que padrões de comportamento machistas e sexistas estejam presentes nas práticas e relações sociais e institucionais de todas as classes sociais na sociedade brasileira, na “ralé” esse esquema de percepção e avaliação de mundo é especialmente acentuado. Explicando melhor: Creio que na “ralé” o sexismo e o machismo sejam encontrados de maneira mais caricata, mais bruta do que nas classes média e alta, nas quais o discurso da igualdade entre os gêneros encontra, especialmente, a partir de exemplos pontuais de mulheres bem-sucedidas, um lastro na realidade para a difusão e propagação dessa mudança no regime de gêneros (Mattos 2006: 153-196). O fato de ser homem da ralé já dá a eles uma condição privilegiada em relação às mulheres tanto para explorar o trabalho feminino quanto para abusar sexualmente das mulheres de seu meio. São comuns os relatos de mulheres que não só sustentam seus maridos e sua família como mantêm com eles uma relação de hostilidade que, muitas vezes, conduz a ameaças físicas mútuas, de fato (Carneiro/Rocha 2009). O que pode ser surpreendente aos olhos das mulheres de classe média, mas é totalmente compreensível quando se analisam as condições femininas na “ralé”, é que apesar de toda a violência manifesta sofrida pelas mulheres dessa classe, em muitos casos, essas mulheres mantêm as relações com esses homens. Uma informante apresentou uma explicação que parece sintetizar a vulnerabilidade da condição feminina nessa classe: “mulher sozinha na favela vira toco de cachorro mijar.” (Carneiro/Rocha 2009: 129)

Ao ser notada a situação de vulnerabilidade da mulher da “ralé” em geral e da prostituta, em particular, surgiram algumas questões, fundamentais nesse contexto, que indicavam a limitação de nossa abordagem voltada principalmente para a dinâmica da reprodução dessa classe social: a necessidade de interconexão de outras categorias de diferenciação como gênero, corpo e raça, por exemplo. Surgiram questionamentos relativos à disjuntiva classe/gênero/raça/corpo que nos levaram a perceber a necessidade de aprofundamento nas questões teóricas envolvendo a intersecção de outras categorias de diferenciação para análise das desigualdades sociais.

Em resumo, na realização da pesquisa empírica sobre a “ralé”, nós colocamos a classe social como categoria principal de diferenciação produtora e reprodutora de desigualdades sociais e, ainda que tenhamos percebido a interconexão, em determinados contextos, de vários eixos das desigualdades sociais ligados a outras categorias de diferenciação, a percepção a respeito dos mecanismos de produção e reprodução da exclusão social sofrida pelos indivíduos da “ralé” centrou-se prioritariamente no *habitus* familiar dessa classe social, ou seja, na ausência de um “capital familiar” responsável pela trans-

missão de um sistema disposicional fundado em valores como disciplina, capacidade de concentração, autocontrole e cálculo prospectivo. O que nós observamos, via de regra, foi a existência, nessa classe social, de esquemas de socialização significativamente homogêneos, especialmente no que diz respeito à estrutura das famílias.

Para discutir o alcance da dominação masculina e poder fazer uma comparação entre as mulheres da ralé e as mulheres de classe média, realizo atualmente uma pesquisa empírica sobre os dilemas, ambiguidades e contradições da “mulher moderna”¹³ baseada na abordagem “interseccional” e na “sociologia disposicional”.¹⁴ Na pesquisa atual sobre “mulheres modernas” foi feito um recorte de classe social: as mulheres pesquisadas são de classe média.¹⁵ O objetivo da pesquisa é perceber até que ponto a entrada da mulher no mercado de trabalho competitivo, na competição social por bens e recursos materiais e simbólicos escassos, lhes dá a possibilidade de romper em suas relações, práticas sociais e institucionais com o “estigma do feminino”, com os valores tradicionais ligados à reprodução de um *habitus* feminino (Bourdieu 1999).

Em função de toda uma herança do patriarcado que, usando os termos de Bourdieu, está no *habitus* feminino, reproduzindo, sob aparência de mudança, a dominação masculina, a construção da identidade da “mulher moderna” é ambígua, contraditória e dilemática. Há variações e gradações importantes desse tipo social de mulher denominado “mulher moderna”. Com base na “sociologia das variações individuais”, será só com a análise dos diversos contextos de socialização dessas mulheres (família, trabalho, relações amorosas e afetivas, práticas culturais, cuidados com corpo etc.), que se poderá pensar sobre o alcance explicativo desse *habitus* que caracterizaria a “mulher moder-

¹³ O tipo social “mulher moderna” designa aquela mulher que constrói, em grande medida, sua identidade na esfera do trabalho. É consenso entre os autores que a entrada da mulher no mercado de trabalho, seu maior acesso à instrução formal e sua consequente independência financeira tendem a gerar fricções que podem questionar a *doxa*, a evidência inquestionável da “ordem natural dos sexos”. É bem verdade que há autores como Giddens (1994), Castells (2000), Norris e Inglehart (2003), Crompton (1999), cada um a seu modo, que ressaltam as mudanças no regime dos gêneros, no lugar das mulheres na sociedade e na família. Bourdieu (1999), por sua vez, salienta a continuidade da dominação masculina, apesar da aparência de mudança.

¹⁴ Gostaria de fazer um agradecimento especial ao CNPq e à Fapemig pelo apoio financeiro que venho recebendo para a realização desta pesquisa.

¹⁵ Ainda que, muito provavelmente, possamos encontrar “mulheres modernas” em outras classes sociais, o estudo sobre as mulheres da “ralé” nos mostrou, entretanto, que a entrada das mulheres dessa classe no mercado de trabalho, muitas vezes, sendo elas as principais responsáveis pelo sustento da casa e da família, em geral, não lhes dá, efetivamente, a possibilidade de rompimento, em alguma medida significativa, com a velha “ordem natural” dos sexos.

na” e seus subtipos. Mais do que isso, o interesse da atual pesquisa é averiguar quais são as dores, dramas, conflitos, sonhos, ilusões e conquistas das mulheres de classe média, ressaltando-se tanto as disposições que são comuns às mulheres, como também as disposições, as variações individuais, enfim, os contraexemplos que não permitem que sejam feitas generalizações entre as mulheres.

O mesmo pode ser dito com relação ao *habitus* de classe. Será só com a pesquisa empírica dos diversos contextos de socialização das mulheres dessa classe social que será possível afirmar a existência ou não de uma visão de mundo ligada ao pertencimento de classe e aos fracionamentos dessa classe social, que parece diferir da “ralé” por ser mais multifacetada e heterogênea. Falando de outro modo, somente a pesquisa empírica dos diversos contextos de socialização dessas mulheres de classe média, na comparação com as mulheres da “ralé”, permitirá avaliar a pertinência ou não de se falar de um *habitus* familiar nos termos usados na pesquisa da “ralé”, o qual seria a forma de reprodução por excelência do que chamamos de “cultura de classes”, desse sistema de disposições que daria sentido às experiências ulteriores dos indivíduos.

Com base na “abordagem interseccional” proposta por Winker e Degele para análise do nível da estrutura social, além das categorias classe¹⁶ e gênero serão acrescentadas as categorias raça¹⁷ e corpo. O uso e a articulação dessas

¹⁶ Ainda que se saiba que é só a pesquisa empírica que permite definir tipificações e generalizações plausíveis que indiquem subdivisões para essa classe social de mulheres pesquisadas, recorri às estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para ter um mapeamento inicial da colocação das mulheres de classe média no mercado de trabalho.

¹⁷ No debate sobre as desigualdades sociais no Brasil, a categoria raça vem ganhando destaque como a causa principal das desigualdades sociais no país. Souza (2006) critica as abordagens empíricas destinadas a demonstrar a sobre-representação dos negros em todos os índices sociais negativos. Na falta de um aporte interpretativo que especifique uma hierarquia das causas da desigualdade, a raça é tendencialmente percebida por essas abordagens como princípio gerador de nossas desigualdades sociais. Há, segundo Souza, uma inter-relação entre as formas de exclusão social geradas pelas categorias classe social e raça, ligadas, antes de tudo, à ausência de uma “economia emocional” por parte dos excluídos socialmente, que tem como principal causa uma “cultura de classes” que é obscurecida pela visibilidade da exclusão social dos negros comprovada por estudos empíricos sobre as relações raciais, desvinculada de um quadro teórico-interpretativo amplo, inclusivo e totalizador. A proposta de Souza nesse artigo é inverter a secundarização da classe social, colocando-a como categoria principal para se pensar as causas das desigualdades sociais no Brasil. Dessa forma, ele propõe a inversão da correlação raça/classe feita pelos estudos raciais no Brasil. Sua tese é revista no livro sobre a “ralé” a partir da pesquisa empírica realizada especialmente por Êmerson Rocha (2009). Ficou evidente que só a pesquisa empírica pode identificar os tipos de sofrimentos e dores humanas que, embora correlacionados, dizem respeito

categorias de diferenciação têm como fim possibilitar o entendimento acerca da relevância dessas categorias com relação ao acesso ao mercado de trabalho remunerado, à distribuição desigual de salários, bem como à reprodução da força de trabalho a custos os mais favoráveis possíveis.¹⁸ Ademais, será possível também notar como outras categorias de diferenciação podem surgir como sendo relevantes para análise dos outros níveis.

Vários autores¹⁹ têm se dedicado a construir uma explicação a respeito da singularidade, da “novidade” do capitalismo pós-fordista. Inspiradas nas interpretações a respeito da nova estrutura do capitalismo feitas pelos autores que expõem as ambiguidades e contradições das sociedades centrais, em tempos marcados pela impossibilidade de manutenção do Estado de bem-estar social, da política de pleno emprego e de seguridade social e da formação, na Europa, de uma crescente “classe de excluídos” composta essencialmente por imigrantes, Winker e Degele constroem os pontos de partida de sua análise interseccional no nível da estrutura social.

Ainda que no Brasil os efeitos dessa mudança na estrutura e no “espírito” do capitalismo sejam distintos da Europa e haja, inclusive, uma nova ideologia que propaga o surgimento de uma “nova classe média” entre nós²⁰, é de fundamental importância a precisão, no nosso contexto histórico, com relação às formas de estereotipação, preconceito, enfim, às desigualdades sociais produzidas e reproduzidas pelas categorias de diferenciação no mercado de trabalho.

prioritariamente a uma das categorias de diferenciação, evitando, assim, as análises sobrepostas que não explicam por que e como a relação entre categorias se dá (Rocha 2009: 353-384).

¹⁸ O que elas pretendem é mostrar os efeitos, nas relações, práticas sociais e institucionais, da implementação dessa lógica para a construção de uma análise interseccional. Para cumprir tal desiderato, investigam-se os pressupostos da reprodução da força de trabalho no nível da estrutura; o novo “espírito do capitalismo” no nível das representações simbólicas e as novas formas de subjetivação baseadas na insegurança dos agentes sociais no nível da identidade. Elas partem da suposição de que todas as categorias de diferença têm em comum a regulação da lógica de acumulação capitalista – sua estabilização e também desestabilização, mesmo que o significado de cada categoria se modifique, dependendo do contexto histórico.

¹⁹ Boltanski/Chiapello (2009), Harvey (2008), Sennett (2006), Eickelpasch/Rademacher/Lobato (2008).

²⁰ No Brasil, ao contrário da Alemanha, os efeitos da mudança na estrutura do capitalismo têm sido recorrentemente alardeados pela mídia e por várias pesquisas de forma positiva. Constata-se o surgimento de uma “nova classe média”, que estaria transformando o Brasil num país de primeiro mundo, uma vez que a maioria da população brasileira faz parte dessa classe social, tal como nos países centrais (Lamounier/Souza, 2010). Souza (2010) mostra toda a violência simbólica, toda a ideologia envolvida na atribuição a essa nova classe de “emergentes” da designação de “nova classe média”. A dinâmica de reprodução dessa classe de emergentes, que Souza denomina de “a nova classe trabalhadora”, é muito distinta da classe média.

No que tange à pesquisa sobre a “mulher moderna”, pretende-se investigar a percepção das mulheres a respeito das desigualdades de gênero em várias esferas da vida observando-se a especificidade das mudanças econômicas e, conseqüentemente, das mudanças sociais e políticas que estão vinculadas àquelas. Algumas questões guiam essa empreitada, a saber: quais são as violências simbólicas sofridas pelas mulheres modernas em suas relações e práticas sociais e institucionais? Até que ponto o seu posicionamento privilegiado na hierarquia social não “apaga”, ou melhor, obscurece a percepção da continuidade de determinadas desigualdades de gênero? Quais são as “ficções de igualdade” e as “ficções de segurança” que se manifestam em todas as esferas da vida dessas mulheres? Quais são as ideias condutoras dessas “ficções”? Qual é o preço pago pelas mulheres para serem “autônomas”? Quais são os limites e as possibilidades das mulheres construírem sua identidade rompendo com o modelo masculino? Quais são as estratégias/táticas utilizadas pelas mulheres em suas relações e práticas sociais e institucionais? Quais são as expectativas da mulher moderna quanto às suas relações afetivas e conjugais? Quais são os sofrimentos, dores, ilusões, sonhos, aspirações das mulheres modernas? Quais são as mudanças e as permanências no regime dos gêneros? Além das entrevistas para saber como se realiza a subjetivação da dominação social e quais são as dores, sofrimentos, sonhos e aspirações que estão por trás da construção da identidade dessas mulheres, pretende-se também investigar os níveis da estrutura social e das representações simbólicas, realizando uma análise propriamente interseccional.

Para saber qual é o consenso pré-reflexivo que está por trás da construção do papel social da “mulher moderna”, das expectativas de comportamento que estão por trás das relações entre homens e mulheres, que podem indicar mudanças e permanências nas relações de gênero, tem-se buscado notar como se constrói essa definição de mulher nas várias dimensões de sua vida – como profissional, como participante da esfera pública, como mãe, esposa ou namorada, suas expectativas com relação às relações afetivas e ao “romance”, em relação ao homem, à sua autoimagem, à imagem que faz dos homens, à sua própria sexualidade.

Uma das autoras que tem desenvolvido estudos sobre as mudanças e continuidades nas relações de gênero com mulheres de classe média é Mirian Goldenberg (2004, 2007, 2008 e 2009). Goldenberg tem se concentrado em discutir questões relacionadas ao corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade. A autora também analisa o nível das representações simbólicas, dos discursos sobre esses temas veiculados em produtos midiáticos como novelas e revistas. Suas pesquisas e descobertas servem de pano de fundo para algumas hipóteses e reflexões que ora desenvolvo na atual pesquisa sobre os desafios e ambiguidades da “mulher moderna”. Goldenberg tem conseguido com suas pesquisas

analisar tendências de comportamento, nas quais tem buscado perceber as transformações e continuidades nas relações entre os gêneros. Sem negar o êxito de Goldenberg em mapear essas mudanças e permanências, interessante, diferentemente das abordagens feitas por Goldenberg voltadas para as questões do corpo, do envelhecimento, do casamento e da infidelidade, ampliar o escopo da pesquisa e compreender não só o estilo de vida, a visão de mundo de mundo das mulheres desse estrato social como também salientar as “variações individuais” e os subtipos encontrados na pesquisa. Mostrar como o investimento dessas mulheres em educação e sua colocação no mercado de trabalho ou a expectativa dessa colocação, no caso das jovens, contribui ou não para a mudança no regime dos gêneros. Com isso, pretendo, seguindo a abordagem interseccional, articular diferentes níveis de análise e perceber a possibilidade de surgimento de novas categorias de diferenciação na constituição das subjetividades das mulheres desse estrato social.

Se vencer o “inconsciente androcêntrico” é um desafio para a construção de uma identidade autônoma das mulheres, como afirma Bourdieu (1999), uma das questões centrais da pesquisa é identificar a possibilidade ou não das mulheres romperem com os esquemas de percepção e avaliação “androcêntricos” em suas relações, práticas sociais e institucionais. Localizar e especificar os contextos e microcontextos nos quais se pode perceber o questionamento, numa dimensão significativa, desse “inconsciente androcêntrico”. E aqui vale ressaltar “as variações individuais”, isto é, discutir as precondições em termos de disposições individuais que podem facilitar a construção de uma identidade autônoma feminina. Além disso, perceber também os contextos e microcontextos em que outras categorias de diferenciação se colocam em primeiro plano em relação à categoria gênero como principais fontes de opressão, discriminação e preconceito para as mulheres entrevistadas.

* * *

Em síntese, pode-se dizer que os ganhos teóricos e metodológicos da articulação das duas abordagens – da “interseccionalidade” e da “sociologia disposicional”, que vem sendo aprimorada pela “sociologia das variações individuais”, de Lahire, são os seguintes: com a “sociologia das variações individuais”, volta-se a atenção para a importância da reconstrução de uma gênese das disposições – que permite explicar comportamentos, percepções e pensamentos dos agentes sociais pelos elos sociais passados e presentes que os constituíram. Com isso, é possível refletir, através da pesquisa empírica que enfatiza os diversos contextos de socialização dos agentes sociais, sobre o potencial explicativo e elucidativo do conceito de *habitus como um sistema homogêneo de disposições gerais transferíveis de um domínio de ação a outro*.

Além disso, a metodologia desenvolvida por Lahire de realização de entrevistas sucessivas com o/a mesmo/a entrevistado/a possibilita que se torne refletida e operacional uma sociologia empírica das disposições sociais, nem sempre acessível de modo consciente ao próprio agente que as possui.

Com a “abordagem interseccional”, por sua vez, tem-se a vantagem de realizar um diagnóstico mais preciso a respeito das causas e dos efeitos das desigualdades sociais, dando-se, assim, continuidade a uma das preocupações centrais da teoria de Bourdieu – a reflexão sobre as formas de justificação, legitimação e naturalização da dominação social injusta. Ao considerar uma multiplicidade de categorias de diferenciação, partindo das práticas cotidianas dos agentes sociais e ligando, dessa maneira, construções identitárias com modelos de interpretação simbólicos e condicionamentos estruturais, evita-se a arbitrariedade da escolha *a priori* de categorias, uma vez que a análise de cada um dos níveis e de sua interrelação pressupõe precisão no que se refere à identificação dos diferentes efeitos produzidos por essas categorias de diferenciação, dependendo do contexto e do nível analisado. Além disso, com a abertura das categorias de diferenciação nos níveis da identidade e das representações simbólicas, é possível atentar-se para o surgimento de novas categorias de diferenciação produtoras e reprodutoras de formas de estratificação social. Mais ainda, a abertura das categorias de diferenciação permite que se tornem visíveis as construções dos eixos das diferenças, que são naturalizadas e hierarquizadas nas relações, práticas sociais e institucionais, gerando, das mais variadas formas, exclusão social, dor e sofrimento. Dessa maneira, é possível desvelar a violência simbólica que legitima e justifica a dominação social em suas diversas manifestações cotidianas. É possível ainda mostrar como operam os sistemas de classificação/desclassificação social em diferentes contextos e, com isso, desconstruir os códigos binários, sempre presentes nas categorias de diferenciação, que estão sempre produzindo e reproduzindo assimetrias arbitrariamente construídas entre os indivíduos.

Referências bibliográficas

- BOLTANSKI, Luc/CHIAPELLO, Ève (2009): *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- BOURDIEU, Pierre (1972): *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédée de trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Droz.
- (1979): *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- (1999): *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- (2006): “O camponês e seu corpo”, em: *Revista Sociologia e Política*, v. 26, pp. 83-92.

- (2008): *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk.
- (2009): *O senso prático*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- BUTLER, Judith (1993): “Kontingente Grundlagen: Der Feminismus und die Frage der ‘Postmoderne’”, em: Benhabib, Seyla/Butler, Judith/Cornell, Drucilla/Fraser, Nancy (eds.): *Der Streit um Differenz. Feminismus und Postmoderne in der Gegenwart*. Frankfurt: S. Fischer, pp. 31-58.
- CARNEIRO, Maria Teresa/ROCHA, Émerson (2009): “Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas”, em: Souza, Jessé (ed.): *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 125-142.
- CASTELLS, Manuel (2000): *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CROMPTON, Rosemary (1999): *Restructuring Gender Relations and Employment: The Decline of the Male Breadwinner*. Oxford: Oxford University Press.
- DEGELE, Nina/WINKER, Gabriele (2007): “Intersektionalität als Mehrebenenanalyse”, em: <http://www.tv-harburg.de/agentec/winker/pdf/Intersektionaliteat_Mehrebenen.pdf> (03/11/2009).
- (2008): “Praxeologisch differenzieren. Ein Beitrag zur intersektionalen Gesellschaftsanalyse”, em: Klinger, Cornelia/Knapp, Gudrun Axeli (eds.): *Übergrenzungen: Fremdheit, Ungleichheit, Differenz*. Münster: Verlag Westfälisches Dampfboot.
- (2009): *Intersektionalität: Zur Analyse sozialer Ungleichheiten*. Bielefeld: Transcript Verlag.
- EICKELPASCH, Rolf/RADEMACHER, Claudia/LOBATO, Phillip (eds.) (2008): *Metamorphosen des Kapitalismus und seiner Kritik*. Wiesbaden: VS Verlag.
- GIDDENS, Anthony (1994): *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp.
- GOLDENBERG, Mirian (2004): *De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- (org.) (2007): *O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. Barueri: Estação das Letras e Cores.
- (2008): *Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.
- HARVEY, David (2008): *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola.
- KLINGER, Cornelia (2003): “Ungleichheit in den Verhältnissen von Klasse, Rasse und Geschlecht”, em: Knapp, Gudrun Axeli/Wetterer, Angelika (eds.): *Achsen der Differenz. Gesellschaftstheorie und feministische Kritik II*. Münster: Verlag Westfälisches Dampfboot, pp. 14-48.
- KLINGER, Cornelia/KNAPP, Gudrun Axeli (2005): “Achsen der Ungleichheit – Achsen der Differenz. Verhältnisbestimmungen von Klasse, Geschlecht, Rasse/Ethnizität”, em: *Transit – Europäische Revue*, 29, pp. 25-55.
- LAHIRE, Bernard (2002): *O homem plural*. Petrópolis: Vozes.
- (2004a): *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.
- (2004b): Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire, em: *Revista Educação e Pesquisa*, v. 30, n.2, pp. 315-321.
- (2006): *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed.

- (2009): Entrevista com Bernard Lahire, em: *Cronos*, v. 10, n. 2, pp. 165-177.
- LAMOUNIER, Bolívar/SOUZA, Amaury (2010): *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Campus/CNI.
- MATTOS, Patrícia (2006): “A mulher moderna numa sociedade desigual”, em: Souza, Jessé (org.): *A invisibilidade da desigualdade social*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 153-196.
- (2009): “A dor e o estigma da puta pobre”, em: Souza, Jessé (ed.): *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 173-204.
- MCCALL, Leslie (2005): “The Complexity of Intersectionality”, em: *Signs. Journal of Women in Culture and Society*, 30, pp. 1771-1800.
- NORRIS, Pippa/INGLEHART, Ronald (2003): *Rising Tide: Gender Equality & Culture Change Around the World*. New York: Cambridge University Press.
- ROCHA, Êmerson (2009): “Cor e dor moral: sobre o racismo na ralé”, em: Souza, Jessé (ed.): *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 353-384.
- SENETT, Richard (2006): *Der flexible Mensch: Die Kultur des neuen Kapitalismus*. Berlin: BUT Berliner Taschenbuch Verlag.
- SOUZA, Jessé (2003) *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- (2005): “Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira”, em: *Lua Nova – Revista de cultura e política*, n. 65, pp. 43-70.
- (2009): *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- (2010): *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- VANDENBERGHE, Frédéric (2006): “The Age of Epigones: Post-Bourdieusian Social Theory”, em: Delanty, Gerard (ed.): *Handbook of Contemporary European Social Theory*. London: Routledge.
- (2010). “A era dos epígonos: a teoria social pós-bourdieusiana na França”, em: Vandenberghe, Frédéric (2010): *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.